

**UNIVERSIDADE TIRADENTES
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

JOÃO DANIEL CAVALCANTE SANTOS

**ATUAÇÃO DO MERCADO FINANCEIRO NO CONTEXTO
ECONÔMICO NACIONAL**

**Aracaju/SE
2023**

JOÃO DANIEL CAVALCANTE SANTOS

**ATUAÇÃO DO MERCADO FINANCEIRO NO CONTEXTO
ECONÔMICO NACIONAL**

Artigo Científico desenvolvido na disciplina
Laboratório de Negócios, como um dos
requisitos para obtenção do grau de
Bacharel em Administração

Aracaju/SE
2023

JOÃO DANIEL CAVALCANTE SANTOS

**ATUAÇÃO DO MERCADO FINANCEIRO NO CONTEXTO
ECONÔMICO NACIONAL**

Aprovado por:

Prof. Diego Silva Souza (Mestre)
Orientador

Prof. Paulo César Barbosa (Mestre)
Avaliador 1

Prof. Douglas de Moura Andrade (Mestre)
Avaliador 2

ATUAÇÃO DO MERCADO FINANCEIRO NO CONTEXTO ECONÔMICO NACIONAL

João Daniel Cavalcante Santos¹
Prof. Me. Diego Silva Souza²

RESUMO

O artigo explora a importância do mercado financeiro como um elemento fundamental na economia nacional, destacando sua capacidade de alocar recursos, facilitar investimentos e influenciar o panorama econômico. Além disso, examina os investimentos em ativos de renda fixa, fornecendo uma compreensão detalhada dos diferentes tipos de títulos e suas características. A metodologia adotada envolve uma revisão bibliográfica e documental extensa, explorando fontes oficiais, livros e documentos relacionados ao mercado financeiro e aos investimentos em renda fixa. A pesquisa destaca a estrutura do Sistema Financeiro Nacional (SFN), composta por diferentes entidades regulatórias e de intermediação financeira, bem como a variedade de investimentos em ativos de renda fixa disponíveis no mercado. As discussões abordam a influência do mercado financeiro na economia, ressaltando sua importância na estabilidade econômica e no crescimento, ao mesmo tempo em que reconhecem os desafios enfrentados, como volatilidade do mercado, práticas especulativas e riscos associados aos investimentos em renda fixa. Por fim, são apresentados os custos e taxas associados aos investimentos de renda fixa, destacando elementos como taxa de administração, taxa de performance, custódia, corretagem, imposto de renda, spread bancário e taxa de saída, fornecendo ao leitor uma compreensão abrangente dos aspectos financeiros relacionados a esses investimentos.

Palavras-Chave: Desenvolvimento econômico; Decisões informadas; Estratégias econômicas; Mercado financeiro.

ABSTRACT

The article explores the importance of the financial market as a fundamental element in the national economy, highlighting its ability to allocate resources, facilitate investments and influence the economic panorama. Additionally, it examines investments in fixed income assets, providing a detailed understanding of different types of securities and their characteristics. The methodology adopted involves an extensive bibliographic and documentary review, exploring official sources, books and documents related to the financial market and fixed income investments. The research highlights the structure of the National Financial System (SFN), made up of different regulatory and financial intermediation entities, as well as the variety of investments in fixed income assets available on the market. The discussions address the influence of the financial market on the economy, highlighting its importance in economic stability and growth, while recognizing the challenges faced, such as market volatility,

¹ Graduando em Administração pela UNIT-SE, e-mail: xxxx.

² Professor Orientador, Doutorando em Ciências da Propriedade Intelectual pela UFS, Mestre em Ciências Ambientais pela UFS, Licenciado em Matemática, Bacharel em Engenharia Civil e em Ciências Contábeis; e-mail: souza_ds@outlook.com.br.

speculative practices and risks associated with fixed income investments. Finally, the costs and fees associated with fixed income investments are presented, highlighting elements such as management fee, performance fee, custody, brokerage, income tax, banking spread and exit fee, providing the reader with a comprehensive understanding of the aspects financial resources related to these investments.

Keywords: Economic development; Economic strategies; Financial market; Informed decisions.

1 INTRODUÇÃO

O mercado financeiro assume um papel importante na economia global, desempenhando funções atuando desde a mobilização do capital até a gestão de risco. Possui diversas aplicações, como o mercado de renda fixa, derivativos e cambial, têm um impacto importante nas tomadas de decisões econômicas em diversos níveis. Como um intermediário, o mercado desempenha um papel crucial na economia moderna, fazendo-se conexão para aqueles que possuem capital excedente e aqueles que buscam financiamento.

Além das funções tradicionais, como facilitar o investimento e a captação de recursos, o mercado financeiro tem evoluído bastante para oferecer uma variedade de instrumentos e plataformas que atendam a diversas necessidades, seja um investidor ou até mesmo as empresas.

Neste contexto, pode-se afirmar que o mercado financeiro emerge como um componente fundamental da infraestrutura econômica de qualquer nação fazendo uma ponte entre poupadores e investidores. Essa conexão permite fazer a alocação eficiente de recursos, possibilitando a mobilização de capital para projetos de investimento. Além disso, o mercado financeiro contribui para a formação de preços, refletindo informações e expectativas sobre ativos e seus derivativos. Tais características contribuem para o mercado se tornando uma peça essencial para o crescimento econômico e sustentável.

Diante de tal abordagem, e considerando que ele não apenas impulsiona a alocação de recursos, como também contribui para a estabilidade econômica e crescimento, questiona-se sobre como o conhecimento sobre investimentos em ativos financeiros pode gerar retornos, estimulando a poupança, e incentivando a inovação? Neste contexto, justifica-se a relevância de tal estudo, ao verificar que a existência de diversos instrumentos financeiros e mercados, proporciona oportunidades para uma ampla gama de investidores, promovendo então uma inclusão financeira. Os riscos financeiros e operacionais se apresentam em decorrência das operações que

compõem o portfólio das instituições financeiras. A necessidade de se conhecer os resultados financeiros também se faz presente, uma vez que tais resultados evidenciam o impacto financeiro das carteiras e estratégias da instituição, materializadas através dos diversos instrumentos financeiros utilizados no relacionamento com seus clientes e mercados (BRITO, 2020).

Diante do exposto, o objetivo geral deste artigo é promover a compreensão do mercado financeiro e sua significativa influência no contexto econômico nacional. Para tanto se fazem necessários os seguintes objetivos específicos: apresentar investimentos em ativos de renda fixa, abordando os tipos e características; comparar vantagens e desvantagens, bem como os riscos associados a cada um.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção serão abordados os principais conceitos do mercado financeiro, identificando suas particularidades e entidades que o compõem. Para tanto, parte-se do organograma apresentado na figura 1. Uma vez definida a estrutura e o funcionamento do Sistema Financeiro Nacional (SFN), serão apresentados os principais investimentos em ativos de renda fixa no mercado financeiro brasileiro.

Figura 1: Estrutura do Sistema Financeiro Nacional



FONTE: Site do Banco Central do Brasil (Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/composicao/composicao.asp?frame=1>. Acesso em 10 set. 2023).

2.1 Estrutura do Sistema Financeiro Nacional

O sistema financeiro é composto por um conjunto de instituições financeiras públicas e privadas, e seu órgão normativo máximo é o Conselho Monetário Nacional (CMN). Por meio do SFN, viabiliza-se a relação entre agentes carentes de recursos para investimento e agentes capazes de gerar poupança e, conseqüentemente, em condições de financiar o crescimento da economia. Por agentes carentes de recursos entende-se aqueles que assumem uma posição de tomadores no mercado, isto é, que despendem em consumo e investimento valores mais altos que suas rendas. Os agentes superavitários, por seu lado, são aqueles capazes de gastar em consumo e investimento menos do que a renda auferida, formando um excedente de poupança (ASSAF NETO, 2023).

Por conseguinte, de acordo com o mesmo autor, o subsistema normativo é composto por instituições que são responsáveis por estabelecer e supervisionar as regras de funcionamento do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e definir as diretrizes básicas para o seu funcionamento. Algumas dessas instituições está:

O Conselho Monetário Nacional (CMN) é órgão do governo federal brasileiro, criado pela Lei nº 4.595 (BRASIL, 1964), responsável por formular a política monetária e cambial do país, que desempenha um papel fundamental na gestão da economia brasileira, tomando decisões relacionadas à moeda, crédito, taxas de juros e câmbio. Quanto à composição, faz parte os seguintes membros: o Ministro da Economia (que preside o conselho), o Presidente do Banco Central do Brasil e o Secretário Especial de Fazenda do Ministério da Economia (REIS, 2017)³.

O Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) é uma entidade vinculada ao Ministério da Economia do Brasil, desempenhando um papel fundamental na regulação e supervisão do mercado de seguros privados no país. De acordo com a legislação brasileira, o CNSP é responsável por formular as diretrizes e as políticas da política nacional de seguros privados, previdência complementar aberta, capitalização e resseguro (BRASIL, 2021). O CNSP exerce sua função por meio da elaboração de normas e resoluções que visam assegurar a solidez e a estabilidade do setor de seguros privados, além de promover a proteção dos interesses dos segurados e a concorrência saudável entre as empresas do ramo (ASSAF NETO, 2023).

³ **FONTE:** REIS, Tiago. **CMN: o que faz e como funciona o Conselho Monetário Nacional?** Publicado em 28 dez. /2017. Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/cm-n-conselho-monetario-nacional/>. Acesso em 20 out. 2023.

O Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) é uma instância de governança e regulação que desempenha um papel crucial no sistema de previdência complementar no Brasil. O CNPC foi instituído pela Lei Complementar nº 109 (BRASIL, 2001) e tem como principal função regular e supervisionar as atividades das entidades fechadas de previdência complementar (EFPC). O CNPC atua na definição de normas e diretrizes para o funcionamento dessas entidades, visando à solidez e segurança do sistema previdenciário complementar. Suas competências incluem a aprovação de normativos, o estabelecimento de políticas e diretrizes para o setor, bem como a análise e deliberação sobre temas relacionados à previdência privada complementar no país.

O Banco Central (Bacen) é uma autoridade monetária responsável por implementar a política monetária do país. Essa instituição financeira é autônoma vinculada ao governo federal e desempenha um papel crucial na estabilidade econômica do Brasil (REIS, 2018)⁴.

A Superintendência de Seguros Privados (Susep) é uma autarquia federal brasileira vinculada ao Ministério da Economia. A Susep tem como principal função a responsabilidade de proteger os consumidores, a regulação e a fiscalização do mercado do setor de seguros, previdência privada aberta e capitalização no Brasil (BONA, 2021)⁵.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), entidade supervisora do SFN de acordo instituída a partir da Lei nº 12.154 (BRASIL, 2009), que atua na fiscalização e na execução das políticas dessas entidades, observadas as diretrizes do CMN e CNPC (ASSAF NETO, 2023).

O subsistema de intermediação financeira é formado pelas entidades operadoras do SFN, neste sentido são as instituições que promovem a transferência de recursos entre os vários agentes de mercado – tomadores de recursos e poupadores –, seguindo orientações e diretrizes estabelecidas pelo subsistema normativo. Fazem parte desse subsistema operativo as instituições financeiras

⁴ FONTE: REIS, Tiago. **Bacen: entenda o que faz e como funciona o Banco Central do Brasil.** Publicado em 04 jan. 2018. Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/bacen/>. Acesso em 20 out. 2023,

⁵ FONTE: BONA, André. **Susep: o que é e quais as suas responsabilidades?** Publicado em 2 mar. 2021. Disponível em: <https://andrebona.com.br/susep-o-que-e-e-quais-as-suas-responsabilidades/>. Acesso em 20 out. 2023.

bancárias e não bancárias, instituições que compõem o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo, e outras instituições (ASSAF NETO, 2023).

As instituições bancárias, como os bancos comerciais e múltiplos, têm a capacidade de criar moeda através do processo de receber depósitos à vista. Esse dinheiro depositado, conhecido como moeda escritural, se torna parte dos meios de pagamento da economia, juntamente com o dinheiro em circulação. Essas instituições operam principalmente com ativos financeiros monetários e desempenham um papel vital na facilitação das transações financeiras e no apoio à estabilidade do sistema financeiro brasileiro (BARBOSA, 2017).

As instituições financeiras não bancárias, ao contrário, não estão legalmente autorizadas a receber depósitos à vista, inexistindo, portanto, a faculdade de criação de moeda. Essas instituições trabalham basicamente com ativos não monetários, tais como ações, letras de câmbio, certificados de depósitos bancários, debêntures etc. e são constituídas por praticamente todas as instituições financeiras que operam no mercado financeiro, exceto bancos comerciais e múltiplos. Exemplos de instituições não bancárias: sociedades corretoras, bancos de investimento, sociedades financeiras, sociedades de arrendamento mercantil etc (ASSAF NETO 2023).

2.2 Investimentos em Ativos de Renda Fixa

Considerando que os investidores podem dentre os ativos ou combinação de ativos que melhor se adequem às suas perspectivas de risco e retorno, os ativos de renda variável são caracterizados como investimentos mais agressivos, enquanto os fundos de renda fixa podem ser mais adequados a investidores mais conservadores, por apresentarem menor risco e oscilação. Assim, assume-se que os títulos com maiores riscos para seus investimentos devem também gerar maiores retornos, ou seja, os que são classificados como de renda fixa definem operações mais conservadoras se comparados com os fundos de renda variável (TRINDADE; MALAQUIAS, 2015).

Dessa maneira, pode-se afirmar que os ativos de renda fixa são instrumentos financeiros nos quais os investidores conhecem previamente os riscos, objetivos a serem traçados, rentabilidade e o prazo de vencimento. sabe das condições de remuneração ou os critérios de cálculo para receber ao investir nesses ativos (BRITO, 2022).

Para melhor compreensão, seguem nos próximos parágrafos alguns dos títulos públicos (ativos financeiros) negociados atualmente no mercado nacional em sua

rentabilidade. Contudo, antes de apresentá-los faz-se necessário esclarecer que estes ainda podem ser classificados em títulos públicos e privados de acordo com o seu emissor. Nesta perspectiva, os títulos públicos são aqueles emitidos pelo Tesouro Direto para captação de recursos pelo governo federal, já os títulos privados são os vendidos por bancos, empresas e securitizadoras (FERREIRA, 2016).

Ao aplicar seus recursos financeiros na compra de títulos públicos, o investidor está, na verdade, emprestando dinheiro ao governo na expectativa de uma remuneração (juros). Nessa modalidade, a compra dos títulos é feita diretamente, não ocorrendo em custos de intermediação. Os títulos públicos negociados pelo Tesouro Direto são garantidos pelo Tesouro Nacional, sendo considerados os de mais baixo risco (ASSAF NETO, 2021).

O Tesouro Selic – LFT (Letra Financeira do Tesouro), são títulos federais que rendem taxas que representam a média das taxas operadas em transações, com um dia de vencimento, por meio de títulos públicos, por conseguinte essas taxas formam a taxa Selic, que se constitui como a taxa básica da economia (BRITO, 2022).

O Tesouro Prefixado – LTN (Letra do Tesouro Nacional), são títulos de dívida prefixados e negociados no mercado que não possuem a mesma dinâmica. Nesses títulos definem-se previamente os valores de face que serão pagos no futuro (valor nominal), seja em uma parcela única prometida ao final – títulos *bullet*, seja em parcelas periódicas de juros ao longo do contrato – cupons. Assim, como a negociação desses títulos no mercado depende da taxa de juros praticada no momento, a variação dos juros impacta seu valor no mercado. Os títulos públicos negociados pelo Tesouro Direto são garantidos pelo Tesouro Nacional, sendo considerados os de mais baixo risco (OLIVEIRA, 2018).

Os títulos do Tesouro Pós-Fixados, embora tenham seus rendimentos definidos no futuro, são atrelados a juros, contendo componente de inflação futura e juros reais na sua formação, sendo classificados dessa maneira como títulos de renda fixa. Esses títulos pós-fixados funcionam muito bem em períodos de incerteza da economia, quando há tendência de aumento de inflação e juros, e geralmente apresentam vencimentos de longo prazo, o que pode ajudar o investidor a formar uma poupança futura, contribuindo para pagarmos nossas despesas habituais futuras (BRITO, 2022).

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB), são títulos emitidos por bancos para captação de recursos, que consistem em depósitos a prazo determinado, que

podem ser negociados antes da sua data de vencimento. Os CDBs são cobertos pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC) em caso de falência do banco emissor que os ressarcindo o valor de até R\$ 250.000,00 por pessoa física investidora titular. A remuneração pode ser pós ou pré fixada, neste contexto, os CDBs prefixados definem a remuneração de acordo com o prazo de investimento. Já os pós-fixados definem a remuneração por uma taxa de juros (geralmente, o CDI) aplicada sobre o valor do investimento, referente ao período da aplicação (BRITO, 2022; ASSAF NETO, 2023).

É interessante comentar que o FGC é uma entidade privada, sem fins lucrativos, cujo objetivo principal é proteger os investidores e correntistas de instituições financeiras em caso de problemas financeiros ou insolvência dessas instituições. O FGC atua como um mecanismo de garantia para os depositantes e investidores, assegurando que, em situações de crise, eles não percam seus recursos financeiros (BRITO, 2022).

Os Fundos de Investimento em Renda Fixa são uma maneira indireta de investir em diversos ativos de renda fixa, pois estes compram uma variedade de títulos de renda fixa, e os investidores compram cotas desses fundos. Assim tais Fundos são constituídos por investimentos em ativos de renda fixa e de acordo com a Associação Nacional de Bancos de Investimento (Anbid), os Fundos de renda fixa podem ser referenciados, não referenciados e genéricos (ASSAF NETO, 2021).

As Debêntures, são títulos de dívida emitidos por empresas para financiar projetos ou expansão, têm prazos mais longos e oferecem taxas de juros mais atraentes em comparação com outros ativos de renda fixa. Da mesma forma que as ações, as operações com debêntures são normatizadas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários. As emissões de debêntures só podem ser feitas por Sociedades por Ações (S.A.) de capital aberto ou fechado, no entanto, as emissões públicas somente podem ser realizadas por Companhias de Capital Aberto com registro na CVM (ASSAF NETO, 2019, 2023).

Por fim, as Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) são títulos emitidos por instituições financeiras e lastreados em operações do setor imobiliário e agronegócio, respectivamente. São isentos de Imposto de Renda para pessoas físicas. A remuneração da LCA pode ser pós-fixada, com base em percentual do CDI, prefixada ou ainda atrelada à inflação. A maior parte das LCAs emitidas é indexada ao CDI. A principal diferença entre a LCA e a LCI para

o investidor é o lastro do título: créditos concedidos ao setor de agronegócio - LCA); e créditos de financiamentos ao setor imobiliário - LCI (ASSAF NETO, 2023).

3 METODOLOGIA

Nesta seção, serão apresentados os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa. Dessa maneira, a pesquisa inicia-se fazendo uma revisão bibliográfica e documental extensa destacando com o propósito de coletar informações relevantes sobre o mercado financeiro, investimentos em renda fixa. Essa revisão bibliográfica será conduzida através da análise de livros, documentos oficiais de instituições financeiras e fontes de informações oficiais, contribuindo significativamente para a ampliação do nosso entendimento sobre o tema.

Dessa maneira, pode-se afirmar que a metodologia adotada neste artigo baseia-se em uma revisão de literatura sistemática e abrangente, com o intuito de promover uma compreensão aprofundada do mercado financeiro e sua influência significativa no contexto econômico nacional. A revisão foi conduzida de forma estruturada, priorizando a análise crítica de estudos relevantes que abordam a interação entre o mercado financeiro e a economia.

Para selecionar as fontes bibliográficas, foram realizadas buscas na plataforma google acadêmico, e na biblioteca virtual da Universidade Tiradentes. Na busca realizada na plataforma google acadêmico, priorizou-se as obras publicadas nos últimos 5 anos, e utilizou-se os seguintes termos: estrutura do mercado financeiro; estrutura do sistema financeiro nacional; e investimentos em ativos de renda fixa. Já na busca realizada na biblioteca virtual, foram selecionados livros e ebooks publicados nos últimos 5 anos relacionados à temática.

Por fim, pode-se afirmar que adotou-se uma abordagem qualitativa, ao nível exploratório e em um caráter interdisciplinar, integrando perspectivas da economia, finanças e ciências sociais. Com isso, almejou-se oferecer uma contribuição significativa para a compreensão da estrutura do sistema financeiro nacional bem como dos tipos de investimentos em ativos de renda fixa.

4 DISCUSSÕES

Diante do que foi apresentado na fundamentação teórica, percebe-se que o mercado financeiro é uma engrenagem vital que impulsiona a economia nacional, exercendo uma influência incontestável em diversos setores. Sua dinâmica e funcionamento são cruciais para a compreensão dos mecanismos que regem o desenvolvimento econômico de um país. Neste contexto, considerando que este artigo visa promover uma análise aprofundada do mercado financeiro, explorando sua relevância e impacto substantivo no contexto econômico nacional, ao desvendar as complexidades desse ecossistema, pode-se obter uma visão mais clara das interconexões entre as atividades financeiras e o crescimento econômico.

Assim, o mercado financeiro desempenha um papel fundamental ao alocar recursos, facilitar o investimento e permitir a gestão eficiente do risco. Seu funcionamento fluido é essencial para a estabilidade econômica, influenciando taxas de juros, níveis de investimento e a liquidez geral. Compreender como as instituições financeiras interagem e como os instrumentos financeiros são precificados é crucial para todos os participantes do mercado, desde investidores individuais até grandes corporações (MALAQUIAS et al, 2009).

Dentro do mercado financeiro, uma ampla gama de instrumentos e produtos de investimento está disponível para os participantes. Desde ações e títulos até derivativos complexos, a diversidade de escolhas oferece oportunidades de investimento adaptadas a diferentes perfis de risco e objetivos financeiros. No entanto, essa diversidade também requer uma compreensão aprofundada, uma vez que cada instrumento carrega consigo seus próprios riscos e potenciais recompensas.

Dessa maneira, a influência do mercado financeiro se estende além das fronteiras dos próprios mercados, pois ele está intrinsecamente conectado a setores como o imobiliário, a indústria e o consumo. Mudanças nas condições do mercado financeiro podem reverberar através da economia, impactando o emprego, a produção e o consumo. Portanto, analisar essas interconexões é crucial para uma compreensão holística dos efeitos do mercado financeiro no contexto econômico nacional.

Contudo, apesar de sua importância, o mercado financeiro não está isento de desafios. Neste sentido, questões como a volatilidade do mercado, práticas especulativas e a possibilidade de crises financeiras exigem uma estrutura regulatória sólida. A eficácia das regulamentações governamentais e a supervisão de instituições financeiras são aspectos críticos para manter a estabilidade e a confiança no mercado financeiro.

Dentre os produtos comercializados, os ativos de renda fixa representam uma classe de investimentos que desempenham um papel crucial nas estratégias financeiras dos investidores, oferecendo uma gama de opções que equilibram retorno e segurança. E, ao compreender os seus prós e contras, os investidores podem tomar decisões mais informadas, alinhando suas escolhas com metas financeiras e tolerância ao risco.

Dessa maneira, os ativos de renda fixa apresentam vantagens distintas que atraem investidores em busca de estabilidade e previsibilidade, e sua principal vantagem reside na segurança, uma vez que esses ativos são geralmente considerados de baixo risco. Além disso, oferecem retornos previsíveis, sendo uma opção atraente para aqueles que buscam proteger o capital investido. A liquidez também é uma característica positiva, permitindo aos investidores acessar seus fundos quando necessário, proporcionando flexibilidade financeira.

Apesar das vantagens, os ativos de renda fixa não estão isentos de desafios. Uma das principais desvantagens é a potencial menor rentabilidade em comparação com investimentos mais arriscados, como ações. A sensibilidade às taxas de juros é outra desvantagem, pois alterações nas taxas podem impactar os retornos dos investidores. Além disso, a diversificação pode ser limitada em comparação com outras classes de ativos, potencialmente limitando o potencial de crescimento do portfólio.

Além do mais, cada tipo de ativo de renda fixa carrega consigo riscos específicos que os investidores devem considerar. Dentre eles, o risco de crédito é uma preocupação, especialmente ao investir em títulos corporativos, onde a capacidade da empresa de cumprir suas obrigações financeiras pode ser afetada por mudanças no ambiente econômico. Outro risco, o de taxa de juros é outra variável crítica, uma vez que flutuações nas taxas podem influenciar o valor de mercado dos títulos. Logo, a compreensão desses riscos é vital para desenvolver estratégias de mitigação eficazes.

Para enfrentar os desafios associados aos ativos de renda fixa, os investidores podem adotar estratégias de mitigação de riscos. A diversificação da carteira é uma abordagem eficaz, distribuindo investimentos entre diferentes classes de ativos e tipos de títulos para reduzir a exposição a riscos específicos. O monitoramento constante das condições de mercado, incluindo mudanças nas taxas de juros e indicadores econômicos, também é crucial para ajustar estratégias conforme necessário.

Por fim, para fechar a discussão sobre os ativos de renda fixa, há no quadro a seguir, são trazidos alguns dos principais custos e taxas de tais investimentos.

Quadro 1: Custos e Taxas dos Investimentos de Renda Fixa

Elemento	Característica
Taxa de Administração	A taxa de administração é uma das mais comuns nos investimentos e é aplicada em fundos de investimento. Ela remunera os gestores e cobre as despesas operacionais do fundo. Essa taxa varia de acordo com o tipo de fundo e a instituição financeira, impactando diretamente na rentabilidade do investimento. Investidores devem buscar fundos com taxas mais competitivas em relação ao mercado.
Taxa de Performance	É cobrada em fundos que superaram determinado benchmark. Ela é aplicada sobre o valor excedente ao desempenho esperado, incentivando os gestores a alcançarem resultados melhores. No entanto, é importante analisar se essa taxa é condizente com a performance entregue pelo fundo.
Taxa de Custódia	Em investimentos como Tesouro Direto, pode haver uma taxa de custódia cobrada pela B3 para manter os títulos sob custódia. Embora seja baixa, em torno de 0,25% ao ano, é relevante considerá-la, pois afeta a rentabilidade líquida do investimento.
Taxa de Corretagem	Operar na bolsa de valores implica o pagamento de taxas de corretagem à corretora responsável pela intermediação das operações. Essa taxa varia conforme o volume de operações e a política da corretora, impactando os custos totais das transações.
Imposto de Renda	A tributação sobre os ganhos dos investimentos é uma consideração importante. O imposto de renda incide sobre a rentabilidade de diversas aplicações financeiras, com alíquotas variáveis de acordo com o tempo de aplicação e o tipo de investimento.
Spread Bancário	Ao investir em produtos oferecidos por bancos, como CDBs e LCIs/LCAs, é essencial considerar o spread bancário. Essa diferença entre o que o banco paga ao investidor e o que cobra em empréstimos afeta diretamente a rentabilidade do investimento.
Taxa de Saída	Alguns fundos podem cobrar uma taxa no momento do resgate antecipado, visando desestimular essa ação. Esta taxa pode variar conforme o tempo decorrido desde o investimento.

FONTE: Organizado pelo Autor (2023) com base em Brito (2022).

Sobre os custos citados no quadro 1, cabe ressaltar que o IR está presente na grande maioria dos investimentos de renda fixa. Sua alíquota varia entre 15%, quando o investimento é mantido por mais de dois anos, 17,5% para investimentos mantidos entre um e dois anos e 20% entre 6 meses e um ano. Isso vale para CDBs, fundos, debêntures e vários outros produtos de renda fixa. Contudo, alguns investimentos de renda fixa são isentos de Imposto de Renda, e neste caso cita-se além da poupança,

as letras de crédito imobiliário e agrícola (LCI e LCA), por exemplo. Isso ocorre através de incentivo do governo para acelerar o crescimento de alguns setores, como o agronegócio e o setor imobiliário (BRITO, 2022).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Explorar as engrenagens do mercado financeiro é imperativo para uma compreensão abrangente de como ele molda o panorama econômico nacional. Ao considerar seu papel central na alocação de recursos e na facilitação do investimento, assim como suas interações complexas com outros setores, podemos construir uma base sólida para análises mais aprofundadas. Este artigo busca, portanto, não apenas destacar a importância do mercado financeiro, mas também estimular discussões informadas que contribuam para a construção de estratégias econômicas sólidas e sustentáveis.

Além do mais, ao comparar os ativos de renda fixa, fica claro que estes oferecem um equilíbrio entre estabilidade e retorno, embora acompanhado de desvantagens e riscos inerentes. A compreensão detalhada das vantagens e desvantagens, aliada a estratégias de mitigação de riscos, capacita os investidores a tomar decisões alinhadas com seus objetivos financeiros e perfil de tolerância ao risco. Neste cenário complexo, a busca por uma abordagem equilibrada e informada emerge como um elemento crucial para o sucesso no mercado financeiro.

Conclui, portanto, que uma abordagem que considera a relação entre os mercados financeiros e a economia nacional é essencial para a construção de estratégias econômicas adaptáveis, capazes de enfrentar os desafios e oportunidades em um ambiente econômico dinâmico e complexo. A compreensão profunda desses mecanismos e suas implicações permite a formulação de políticas e estratégias que impulsionam não apenas o crescimento econômico imediato, mas também o bem-estar econômico sustentável no longo prazo.

REFERÊNCIAS:

ASSAF NETO, Alexandre. **Investimentos no mercado financeiro usando a calculadora HP 12C**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado financeiro**. 15. ed. Barueri: Atlas, Instituto Assaf, 2023.

BARBOSA, Fernando de Holanda. **Macroeconomia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017.

BRASIL. **Lei complementar nº 109**, de 29 de maio de 2001. Brasília: 2001.
Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp109.htm. Acesso em 12 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.154**, de 23 de dezembro de 2009. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/l12154.htm.

BRASIL. **Lei nº 4.595**, de 31 de dezembro de 1964. Disponível em:
https://planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4595.htm.

BRITO, Osias Santana de. **Descomplicando os investimentos pessoais**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022.

BRITO, Osias Santana de. **Mercado financeiro**. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

CORDEIRO, N. J. N., COSTA, M. G. V., & SILVA, M. N. da. (2018). **EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA PANORÂMICA**. (ISSN: 2358-4122), São Paulo 2018.

FERREIRA, Leandro Vinicius Bersch. **Investimento em títulos públicos: Uma análise de investimento em títulos públicos do Tesouro Nacional em um cenário de crise econômica**. Trabalho de Conclusão de Curso em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2016. Disponível em:
<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/148470>.

MALAQUIAS, P. F.; MARTINS, S.; OLIVEIRA, C. G.; FLOR, P. A. Modelos de Regulação (ou supervisão) do Sector Financeiro. **Actualidad Jurídica**: 22, 1, 2009, p. 41-53, 2009. Disponível em:
<https://www.uria.com/documentos/publicaciones/2197/documento/articuloUM.pdf>.
Acesso em 22 nov. 2023.

OLIVEIRA, VIRGÍNIA IZABEL, **Gestão de Riscos**. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

TRINDADE, João Antônio Souza; MALAQUIAS, Rodrigo Fernandes. ANÁLISE DE DESEMPENHO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO DE RENDA FIXA E RENDA VARIÁVEL. **RAGC**, v. 3, n. 5, 2015. Disponível em:
<https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/ragc/article/view/546>. Acesso em 22 nov. 2023.